



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ
Reitoria



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260007-UVA/CCAB

PROCESSO NUP 31022.001934/2025-09

Unidade Compradora: 943001

Número da Compra: 692/2026

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA**, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço por GRUPO, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2. O modo de disputa será o Aberto e Fechado.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será integral.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 27.624, de 22 de novembro 2004, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a aquisição de reagentes químicos, materiais de laboratório, herbicidas e fertilizantes agrícolas, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro Ciriaco Barbosa Damasceno Neto.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9389 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/08/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/09/2026, às 9h.

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994 Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará – www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10/09/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520.

7.1.1. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

7.2. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, no 850, Prédio do Campus Betânia, Alto da Brasília, Sobral-CE, CEP: 62040-370, Fone: (85) 3106-4862.

7.2.1. Horário de expediente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA): das 08:00 h às 12:00 h e 14:00 h às 18:00 h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: (31200002) Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA;

8.2.2. Fonte de Recursos: (500) - (501) Tesouro Estadual;

8.2.3. Programa de Trabalho: (241) Desenvolvimento Integral da Educação Superior;

8.2.4. Elemento de Despesa: (339030) Material de consumo.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994 Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



9.4. Para os grupos 01 ao 05 (um ao cinco) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6. Não poderão disputar esta licitação:

9.6.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.6.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.6.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.6.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.6.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.6.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.6.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.6.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.6.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o



pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme caput art. 94 do Decreto nº 35.067/2022, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração, conforme § 1º do artigo supramencionado.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame, em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo já citado.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, do órgão ou entidade promotora da licitação e o pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, de acordo com o previsto no § 5º ainda do mesmo decreto citado.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 170.863,06 (Cento e setenta mil, oitocentos e sessenta e três reais e seis centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem 2.5 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Para efeito de julgamento das propostas eletrônicas, o valor a ser informado no sistema eletrônico, pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de



7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.

12.3.1. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 75 do Decreto nº 35.067/2022. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo fixado na solicitação do pregoeiro.

12.4.1. Quando a diligência for requerida pelo órgão/entidade demandante, a documentação deverá ser encaminhada diretamente à área requisitante, por meio eletrônico indicado na solicitação, no prazo nela estabelecido.

12.4.2. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.4.3. Uma vez regularmente solicitada a diligência e não atendida no prazo e condições estabelecidos, não será admitida nova solicitação para o mesmo fim, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.5. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro nos mesmos termos estabelecidos no item 12.4 acima, promover diligência para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e art. 69 do Decreto nº 35.067/2022;

12.6.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.6.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.6.4.

12.6.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.6.1 ao 12.6.6 acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos seguintes campos, conforme o caso.

I- valor unitário ou desconto;

II- marca/fabricante

III- modelo/versão

13.1.1. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.1.2. Os preços unitários deverão ser expressos em reais, com até 4 (quatro) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução contratual.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



- 14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.
- 14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.
- 14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.
- 14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.
- 14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.
- 14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto



à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (*cinco por cento*) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.



14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer *acima do preço máximo* definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez, por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

14.29. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, o licitante melhor classificado situado no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 12.3, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.6 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);



II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.11.3. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.11.6. Não apresentar amostra(s) ou apresentá-la(s) em desacordo com o edital, quando exigida;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexecuibilidade da proposta possui caráter relativo, de modo que o seu reconhecimento não deverá ocorrer de forma sumária. Conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994 Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia CEP:



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

35.067/2022 (alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025) e em conformidade com o art. 59, III e § 2º da Lei nº 14.133/2021, a inviabilidade da oferta somente será confirmada após diligência da(s) área(s) técnica e/ou jurídica do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 13 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, em momento único, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação, conforme disposto no § 1º do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.



17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, conforme disposto no caput do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, conforme §2º do mesmo art. 95 citado acima, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.5. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;



18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e



18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão ou entidade contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente de contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O instrumento equivalente de contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura, no aceite ou na retirada do instrumento equivalente de contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, partes integrantes deste edital.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

20.8. Da Garantia contratual

20.8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou ao órgão/entidade contratante, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, observado todo o disposto no item 12.4 deste edital.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital ou o não atendimento às diligências realizadas pelo pregoeiro ou pelo órgão/entidade contratante, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

Fortaleza/CE, 21 de agosto de 2026

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Ordenadora de Despesas

Analisado e aprovado o processo da
contratação pela assessoria jurídica

Emmanuel Pinto Carneiro

Assessor Jurídico da UVA



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo NUP 31022.001934/2025-09

UNIDADE REQUISITANTE: CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLÓGICAS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de reagentes químicos, materiais de laboratório, herbicidas e fertilizantes agrícolas, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento INTEGRAL.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 01 - REAGENTES - SÃO BENEDITO						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	884309	REAGENTE, AZUL DE METILENO P.A, FRASCO 100.0 GRAMAS	FRASCO 100.0 GRAMAS	1	R\$ 167,4233	R\$ 167,42
2	639373	ALCOOL, ETILICO, PA 95%, USO EM LABORATORIO, UNIDADE 1.0 LITRO	UNIDADE 1.0 LITRO	3	R\$ 30,0000	R\$ 90,00
3	414232	MEIO DE CULTURA, AGAR NUTRIENTE, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	1	R\$ 320,0000	R\$ 320,00
4	414391	MEIO DE CULTURA, CALDO NUTRIENTE, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	1	R\$ 301,1300	R\$ 301,13
5	385082	MEIO DE CULTURA, AGAR BATATA DEXTROSE , EMBALAGEM 500 G., UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 482,0233	R\$ 482,02
TOTAL DO GRUPO 01						R\$ 1.360,57

GRUPO 02 - FERTILIZANTES E HERBICIDAS - SÃO BENEDITO						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
6	503308	FERTILIZANTE, UREA, GRANULADO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, NOME DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE NO ROTULO, SACO 25.0 QUILOGRAMAS COMPRASNET: UNIDADE = SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	6	R\$ 113,0000	R\$ 678,00
7	8321910	FERTILIZANTE, SUPER FOSFATO SIMPLES, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	10	R\$ 81,0000	R\$ 810,00
8	2036730	FERTILIZANTE, CLORETO DE POTÁSSIO, PA, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	6	R\$ 452,8167	R\$ 2.716,90
9	2036740	FERTILIZANTE, FOSFATO MONOAMONICO (MA), SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	6	R\$ 711,5967	R\$ 4.269,58
10	2055054	SUBSTRATO, COMERCIAL, SACO 25.0 LITROS Informações complementares: Será fornecido em saco de	LITRO	250	R\$ 4,7800	R\$ 1.195,00

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

		25.0 litros				
11	20411010	FERTILIZANTE, ADUBO FOLIAR, MACRO, MICRO NUTRIENTES, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	2	R\$ 87,4200	R\$ 174,84
12	2035956	ADUBO NPK 20-10-20, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	5	R\$ 166,9450	R\$ 834,73
13	2035966	HERBICIDA, 2,4 D ACIDO 2,4 DICLOROFENOXIACETICO, FRASCO 1.0 LITRO COMPRASNET: UNIDADE = FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	5	R\$ 37,20	R\$ 186,00
14	2035986	HERBICIDA, GLIFOSATO, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	5	R\$ 24,9000	R\$ 124,50
15	2036477	FERTILIZANTE, SULFATO DE AMONIO, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	3	R\$ 506,7967	R\$ 1.520,39
16	2036497	FERTILIZANTE, SUPERFOSFATO TRIPLO, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	8	R\$ 154,2833	R\$ 1.234,27
17	2036500	FERTILIZANTE, ACIDO BORICO SOLUVEL, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	1	R\$ 279,5333	R\$ 279,53
18	2036510	FERTILIZANTE, CALCARIO DOLOMITICO, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	10	R\$ 256,5600	R\$ 2.565,60
19	2036520	FERTILIZANTE, CALCARIO CALCITICO, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	10	R\$ 208,8700	R\$ 2.088,70
20	2036540	FERTILIZANTE, ADUBO QUIMICO, ASPECTO FISICO GRANULADO, COMPOSICAO BASICA MICRONUTRIENTES FRITAS FTE BR 12, SACO 25.0 QUILOGRAMAS	SACO 25.0 QUILOGRAMAS	5	R\$ 462,5567	R\$ 2.312,78
TOTAL DO GRUPO 02						R\$ 20.990,82

GRUPO 03 - MATERIAL DE LABORATÓRIO - SÃO BENEDITO						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
21	2036590	LAMINAS PARA MICROSCOPIA, FOSCA, LAPIDADA, ESPESSURA ENTRE 1,0 A 2,2 MM, DIMENSAO 26X76 MM, SELADAS A VACUO, CAIXA 50.0 UNIDADES COMPRASNET: UNIDADE = CAIXA 50.0 UNIDADES	CAIXA 50.0 UNIDADES	4	R\$ 40,8767	R\$ 163,51
22	2036626	LAMINULA, QUADRADA, VIDRO TRANSLUCIDO DE ALTA QUALIDADE, 20X20 MM, ESPESSURA DE 0,13 A 0,16 MM, CAIXA 100.0 UNIDADES COMPRASNET: UNIDADE = CAIXA 100.0 UNIDADES	CAIXA 100.0 UNIDADES	2	R\$ 69,5800	R\$ 139,16
23	748559	PIPETA DE PASTEUR, 3ML, TRANSFERENCIA DE AMOSTRAS, POLIETILENO (PECA UNICA) COM BULBO, UNIDADE 1.0 UNIDADE	UNIDADE 1.0 UNIDADE	100	R\$ 0,3000	R\$ 30,00
24	662330	KIT, PRONTO, USO PARA COLORACAO DE GRAM, KIT 1.0 UNIDADE Informações complementares: 1 frasco com 500 mL de Cristal Violeta, 1 frasco com 500 mL de Lugol ,1 frasco com 500 mL de Descorante e 1 frasco com 500 mL de Fucsina COMPRASNET: CONJUNTO = KIT 1.0 UNIDADE	KIT 1.0 UNIDADE	1	R\$ 112,4567	R\$ 112,46
TOTAL DO GRUPO 03						R\$ 445,13

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

GRUPO 04 - REAGENTES - CAMOCIM						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
25	590636	REAGENTE, ACIDO ACÉTICO PA, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	2	R\$ 46,1300	R\$ 92,26
26	1182285	PRODUTO QUÍMICO, ACIDO CLORÍDRICO HCL NUMERO CAS 7647 01 0 GRAU ACS, PUREZA MÍNIMA 37,0%, ACONDICIONADO EM VIDRO AMBAR, UNIDADE 1.0 LITRO	UNIDADE 1.0 LITRO	1	R\$ 37,0000	R\$ 37,00
27	766540	REAGENTE, ACIDO SULFÚRICO PA ACS, 1000 ML, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 38,0000	R\$ 38,00
28	9683010	REAGENTE, ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO 99,8% PA ACS, FRASCO 1.000 ML, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	30	R\$ 27,1300	R\$ 813,90
29	412238	REAGENTE, ÁLCOOL IODADO, FRASCO 1.0 LITRO, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 66,3133	R\$ 66,31
30	388119	REAGENTE, AZUL DE METILENO P.A, FRASCO 25 G, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 94,3933	R\$ 94,39
31	393919	REAGENTE, BICARBONATO SÓDIO PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,0400	R\$ 20,00
32	385999	REAGENTE, BIFTALATO DE POTASSIO PA, EMBALAGEM 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em embalagem de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,1500	R\$ 75,00
33	2036218	REAGENTE, CARBONATO DE SÓDIO ANIDRO PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,0400	R\$ 20,00
34	2035602	REAGENTE, CITRATO DE SÓDIO ANIDRO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,2433	R\$ 121,65
35	766570	REAGENTE, CLORETO DE SÓDIO, 500G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,1700	R\$ 85,00
36	826234	REAGENTE, CLOROFÓRMIO PA, FRASCO 1000.0 ML	FRASCO 1000.0 ML	5	R\$ 58,9467	R\$ 294,73
37	425480	REAGENTE, EDTA SAL DISSODICO DIHIDRATADO PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,2000	R\$ 100,00
38	667862	ETER, ETÍLICO, FRASCO 1.0 LITRO Informações complementares: Éter dietílico, pureza mínima de 99%.	FRASCO 1.0 LITRO	1	R\$ 108,0700	R\$ 108,07
39	245607	FENOLFTALEÍNA, REAGENTE, FRASCO 100.0 GRAMA	FRASCO 100.0 GRAMA	1	R\$ 47,6667	R\$ 47,67
40	382549	SOLUÇÃO, FORMOL, 10 %, RECIPIENTE 1.0 LITRO	RECIPIENTE 1.0 LITRO	40	R\$ 8,7100	R\$ 348,40
41	744176	REAGENTE, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, 99% PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	1000	R\$ 0,0900	R\$ 90,00
42	2036228	REAGENTE, NAFTOL-1 (ALFA) P.A, FRASCO 100.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 100 gramas.	GRAMA	100	R\$ 1,4933	R\$ 149,33
43	1043852	REAGENTE, NITRATO DE PRATA, FRASCO 25.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 25.0 gramas.	GRAMA	25	R\$ 10,1300	R\$ 253,25
44	656018	ÓLEO, DE IMERSÃO, FRASCO 100 ML, FRASCO 1.0 UNIDADE	FRASCO 1.0 UNIDADE	2	R\$ 30,9200	R\$ 61,84
45	2036238	REAGENTE, ORCINA, ORCINOL, FRASCO 10.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 10.0 gramas.	GRAMA	10	R\$ 16,5133	R\$ 165,13

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370- Sobral - Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

46	801112	REAGENTE, PRETO DE ERIOCROMO T, FRASCO 25.0 GRAMAS	FRASCO 25.0 GRAMAS	1	R\$ 73,6300	R\$ 73,63
47	2036248	REAGENTE, RESORCINA RESORCINOL, FRASCO 100.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 100 gramas.	GRAMA	100	R\$ 1,6733	R\$ 167,33
48	2036099	REAGENTE, SOLUCAO TAMPAO AMONACAL, PH 10,00, FRASCO 500.0 MILILITROS	FRASCO 500.0 MILILITROS	1	R\$ 33,2400	R\$ 33,24
49	2036069	REAGENTE, SULFATO DE COBRE II ANIDRO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,2200	R\$ 110,00
50	425218	REAGENTE, TIOSSULFATO DE SÓDIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	500	R\$ 0,0467	R\$ 23,35
51	388408	REAGENTE, VIOLETA DE GENCIANA P.A., FRASCO 25 G., UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 89,6867	R\$ 89,69
52	2036049	MEIO DE CULTURA, AGAR CONTAGEM DE PLACAS PLATE COUNT AGAR PCA, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	1	R\$ 595,4200	R\$ 595,42
53	414232	MEIO DE CULTURA, AGAR NUTRIENTE, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	1	R\$ 320,0000	R\$ 320,00
54	385501	MEIO DE CULTURA, CALDO EC, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	1	R\$ 442,0633	R\$ 442,06
55	2036710	MEIO DE CULTURA, CALDO INFUSAO CEREBRO CORACAO BHI BROTH, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	1	R\$ 362,2600	R\$ 362,26
56	2055358	MEIO DE CULTURA, CALDO LAURIL SULFATO TRIPTOSE, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	1	R\$ 530,5567	R\$ 530,56
57	385484	MEIO DE CULTURA, CALDO BRILHANTE, BILE VERDE BRILHANTE 2 %, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	1	R\$ 407,9500	R\$ 407,95
58	432890	REAGENTE, CLORETO DE FERRO III (ICO) 6H2O PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 74,1667	R\$ 74,17
59	394384	REAGENTE, CLORETO DE CÁLCIO 2H2O PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 25,3800	R\$ 25,38
60	835190	REAGENTE, PERMANGANATO DE POTÁSSIO PA, FRASCO 250.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 250 gramas.	GRAMA	250	R\$ 0,0833	R\$ 20,83
61	2023083	REAGENTE, DIFENILAMINA OU FENIL-N-FENILAMINA OU DIFENIL AMINA, FORMULA (C6H5)2NH, ASPECTO FÍSICO SOLIDO INCOLOR, FRASCO 100.0 GRAMAS COMPRASNET: UNIDADE = FRASCO 100.0 GRAMAS	FRASCO 100.0 GRAMAS	1	R\$ 27,0000	R\$ 27,00
62	392206	REAGENTE, ACETONA P.A., EMBALAGEM 1000 ML, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	20	R\$ 30,0000	R\$ 600,00
63	385950	REAGENTE, TETRABORATO DE SÓDIO 10H2O PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	10000	R\$ 0,0500	R\$ 500,00
64	2057325	REAGENTE, OXIDO DE CROMO VI VERMELHO, FRASCO 250.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 250 gramas.	GRAMA	250	R\$ 0,3467	R\$ 86,68
65	1193567	MEIO DE CULTURA, AGAR MUELLER HINTON, FRASCO 500.0 GRAMAS	UNIDADE 1.0 FRASCO	1	R\$ 587,4000	R\$ 587,40
TOTAL DO GRUPO 04						R\$ 8.158,88

GRUPO 05 - MATERIAL DE LABORATÓRIO - CAMOCIM

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
66	662330	KIT, PRONTO, USO PARA COLORAÇÃO DE GRAM, KIT 1.0 UNIDADE Informações complementares: (CRISTAL	KIT 1.0 UNIDADE	1	R\$ 112,4567	R\$ 112,46

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370- Sobral - Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

		VIOLETA, LUGOL, SOLUÇÃO DESCORANTE (ÁLCOOL-ACETONA 1/3) E FUCSINA FENICADA) COMPRASNET: CONJUNTO = KIT 1.0 UNIDADE				
67	2036590	LAMINAS PARA MICROSCOPIA, FOSCA, LAPIDADA, ESPESSURA ENTRE 1,0 A 2,2 MM, DIMENSÃO 26X76 MM, SELADAS A VÁCUO, CAIXA 50.0 UNIDADES	CAIXA 50.0 UNIDADES	6	R\$ 40,8767	R\$ 245,26
68	2036626	LAMÍNULA, QUADRADA, VIDRO TRANSLUCIDO DE ALTA QUALIDADE, 20X20 MM, ESPESSURA DE 0,13 A 0,16 MM, CAIXA 100.0 UNIDADES	CAIXA 100.0 UNIDADES	3	R\$ 69,5800	R\$ 208,74
69	898800	PIPETA DE PASTEUR, 3ML, GRADUADA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	2000	R\$ 0,1100	R\$ 220,00
70	1973268	SWAB, ESTÉRIL, NYLON FLOCADO OU ESPUMA DE POLIURETANO, HASTE PLÁSTICO, CAIXA 100.0 UNIDADES COMPRASNET: UNIDADE = CAIXA 100.0 UNIDADES	CAIXA 100.0 UNIDADES	2	R\$ 83,7567	R\$ 167,51
71	662655	FITA, PARA AUTOCLAVE, 19X30, ROLO 1.0 UNIDADE COMPRASNET: UNIDADE = ROLO 1.0 UNIDADE	ROLO 1.0 UNIDADE	4	R\$ 11,3800	R\$ 45,52
72	1608407	OBJETOS PARA LABORATÓRIO, TUBO, FALCON, PLÁSTICO, 50 ML, CAIXA 50.0 UNIDADE	CAIXA 50.0 UNIDADE	4	R\$ 138,0200	R\$ 552,08
73	426166	REAGENTE, TUBO TIPO FALCON, VOLUME DE 15ML, GAMA ESTERELIZADO, LIVRE DE DNASE E RNASE, EMBALAGEM 50.0 UNIDADES	EMBALAGEM 50.0 UNIDADES	4	R\$ 28,9000	R\$ 115,60
74	434622	SACO PLÁSTICO, ESTERILIZAÇÃO, POLIPROPILENO, ACONDICIONAR MATERIAL PARA AUTOCLAVE, RESISTENTE A TEMPERATURA 134°C, CAPACIDADE 60 LITROS, LEGISLAÇÃO VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO, PACOTE 1.0 UNIDADE COMPRASNET: UNIDADE = UNIDADE 1.0 PACOTE	UNIDADE 1.0 PACOTE	40	R\$ 2,4733	R\$ 98,93
TOTAL DO GRUPO 05						R\$ 1.766,10

GRUPO 06 - REAGENTES - ACARAÚ

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
75	744176	REAGENTE, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, 99% PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	6000	R\$ 0,0900	R\$ 540,00
76	839980	REAGENTE, SULFATO DE AMÔNIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,1133	R\$ 339,90
77	393919	REAGENTE, BICARBONATO SÓDIO PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	5000	R\$ 0,0400	R\$ 200,00
78	984314	REAGENTE, ACIDO EDTA C10H16N2O8, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em embalagem de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,0800	R\$ 240,00
79	386080	REAGENTE, BROMETO DE POTÁSSIO PA, EMBALAGEM 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,2200	R\$ 660,00

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370- Sobral - Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

80	835190	REAGENTE, PERMANGANATO DE POTÁSSIO PA, FRASCO 250.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 250 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,0833	R\$ 208,25
81	768095	REAGENTE, NITRATO DE SÓDIO PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	5000	R\$ 0,0500	R\$ 250,00
82	425049	REAGENTE, CROMATO DE POTÁSSIO PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,2667	R\$ 800,10
83	767808	TARTARATO DE SÓDIO E POTÁSSIO, P.A, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,0700	R\$ 210,00
84	385999	REAGENTE, BIFTALATO DE POTASSIO PA, EMBALAGEM 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,1500	R\$ 450,00
85	2035578	REAGENTE, HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,4500	R\$ 1.350,00
86	413436	REAGENTE, CLORETO DE AMÔNIO PA, UNIDADE 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,0400	R\$ 100,00
87	21059611	REAGENTE, OXIDO DE CÁLCIO, PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	3000	R\$ 0,0967	R\$ 290,10
88	74322	ÁLCOOL, ISOPROPÍLICO, FRASCO 500.0 MILILITROS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 mililitros.	MILILITRO	3000	R\$ 0,0967	R\$ 290,10
89	2055398	REAGENTE, ACIDO ACETILSALICÍLICO, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	6	R\$ 108,0167	R\$ 648,10
90	245607	FENOLFTALEÍNA, REAGENTE, FRASCO 100.0 GRAMA	FRASCO 100.0 GRAMA	18	R\$ 50,0000	R\$ 900,00
91	881680	REAGENTE, ACIDO CLORÍDRICO P.A, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	8	R\$ 27,3300	R\$ 218,64
92	2035588	REAGENTE, HEXAMETAFOSFATO DE SÓDIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	4000	R\$ 0,2100	R\$ 840,00
93	2055348	TRITON X - 100, FRASCO 500.0 MILILITROS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 mililitros.	MILILITRO	1500	R\$ 0,9200	R\$ 1.380,00
94	2036457	ÁGUA OXIGENADA, 30%, FRASCO 1.0 LITRO Informações complementares: Peróxido de hidrogênio.	FRASCO 1.0 LITRO	5	R\$ 27,4233	R\$ 137,12
95	746163	REAGENTE, CLORETO DE CÁLCIO DIHIDRATADO, PA, EMBALAGEM DE 500G, UNIDADE 1.0 UNIDADE	UNIDADE 1.0 UNIDADE	6	R\$ 40,0000	R\$ 240,00
96	412213	ÁLCOOL, ETÍLICO A 70% EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO EM PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO E VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE 1000ML, UNIDADE 1.0 UNIDADE	UNIDADE 1.0 UNIDADE	58	R\$ 6,0000	R\$ 348,00
97	2035880	PRODUTO QUÍMICO, NAFTALINA, PASTILHAS, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMAS Informações	QUILOGRAMA	4	R\$ 49,7000	R\$ 198,80

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

		complementares: Naftaleno. Será fornecido em embalagem de 1.0 quilograma.				
98	385082	MEIO DE CULTURA, AGAR BATATA DEXTROSE , EMBALAGEM 500 G., UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	19	R\$ 482,0233	R\$ 9.158,44
99	2035890	PRODUTO QUÍMICO, CLORETO DE MAGNÉSIO HEXAHIDRATADO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1500	R\$ 300,00
100	1341055	REAGENTE, ACIDO SALICÍLICO PA, FRASCO 500.0 GRAMA Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1400	R\$ 280,00
101	392326	REAGENTE, ACIDO OXÁLICO P.A., FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,0300	R\$ 60,00
102	2035602	REAGENTE, CITRATO DE SÓDIO ANIDRO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,2433	R\$ 486,60
103	2055263	REAGENTE, ACETATO DE SÓDIO TRI-HIDRATADO P.A, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1167	R\$ 233,40
104	1043404	REAGENTE, ACETATO DE SÓDIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,0600	R\$ 120,00
105	1358538	REAGENTE, CITRATO DE SÓDIO DIHIDRATADO P A, FRASCO 250.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 250 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,4100	R\$ 820,00
106	383088	REAGENTE, PERSULFATO POTÁSSIO PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1933	R\$ 386,60
107	767763	REAGENTE, SULFATO DE ZINCO HEPTA HIDRATADO P.A, UNIDADE 1.0 UNIDADE Informações complementares: Será fornecido em embalagem de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1833	R\$ 366,60
108	1043673	REAGENTE, SULFATO DE MAGNÉSIO 7H2O, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,1000	R\$ 250,00
109	2035612	REAGENTE, ACIDO BENZOICO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,0567	R\$ 113,40
110	2035622	REAGENTE, FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1200	R\$ 240,00
111	1043718	REAGENTE, TIOCIANATO DE POTÁSSIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,2400	R\$ 480,00
112	1634018	PRODUTO QUÍMICO, REAGENTE, HIDRÓXIDO DE AMÔNIO 28 - 30% PA, EMBALAGEM 1.0 LITRO	EMBALAGEM 1.0 LITRO	5	R\$ 28,0000	R\$ 140,00
113	775228	REAGENTE, CARBONATO DE CÁLCIO, 500 G, P.A, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,0500	R\$ 125,00

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

114	394384	REAGENTE, CLORETO DE CÁLCIO 2H ₂ O PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	5	R\$ 25,3800	R\$ 126,90
115	2035906	PRODUTO QUÍMICO, COBRE, APARAS PURO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,6167	R\$ 1.541,75
116	718200	REAGENTE, UREIA PA, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	5	R\$ 15,0000	R\$ 75,00
117	1406000	CLORETO DE POTÁSSIO, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em embalagem de 500 gramas.	GRAMA	5000	R\$ 0,1900	R\$ 950,00
118	1608646	REAGENTE, IODETO DE POTÁSSIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 1,0000	R\$ 2.000,00
119	393965	REAGENTE, DICROMATO DE POTÁSSIO PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	5000	R\$ 0,1800	R\$ 900,00
120	400760	REAGENTE, IODATO DE POTÁSSIO, FRASCO 250.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 250 gramas.	GRAMA	1000	R\$ 0,9800	R\$ 980,00
121	2035632	REAGENTE, ACIDO SULFANÍLICO, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	4	R\$ 181,7100	R\$ 726,84
122	825669	REAGENTE, CLORETO DE ESTRÔNCIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1100	R\$ 220,00
123	388550	REAGENTE, ACIDO CÍTRICO ANIDRO P.A, FRASCO 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,0400	R\$ 100,00
124	915386	REAGENTE, SOLUÇÃO TAMPÃO PH 10, FRASCO 500.0 MILILITROS	FRASCO 500.0 MILILITROS	5	R\$ 32,7000	R\$ 163,50
125	2035926	PRODUTO QUÍMICO, CLORETO DE CROMO III 6H ₂ O, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	1500	R\$ 0,6067	R\$ 910,05
126	394426	REAGENTE, CLORETO DE BÁRIO 2H ₂ O PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,0500	R\$ 100,00
127	425909	REAGENTE, ETER DE PETRÓLEO, FRASCO 1000.0 ML	FRASCO 1000.0 ML	5	R\$ 69,0800	R\$ 345,40
128	2035642	REAGENTE, CLORETO DE LÍTIO, 500 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 2,3967	R\$ 4.793,40
129	2035672	REAGENTE, ACIDO L + TARTÁRICO PA, 500 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	1500	R\$ 0,2633	R\$ 394,95
130	655975	REAGENTE, SOLUÇÃO TAMPÃO PH 7, FRASCO 500.0 MILILITROS	FRASCO 500.0 MILILITROS	3	R\$ 37,0000	R\$ 111,00
131	2035707	REAGENTE, SOLUÇÃO TAMPÃO PH 2, FRASCO 500.0 MILILITROS	FRASCO 500.0 MILILITROS	3	R\$ 62,7667	R\$ 188,30
132	383240	REAGENTE, SOLUÇÃO TAMPÃO PH 4, FRASCO 500.0	FRASCO 500.0	3	R\$ 33,2400	R\$ 99,72

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370- Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

		MILILITROS	MILILITROS			
133	2035717	REAGENTE, CLORETO DE POTÁSSIO 3 M, FRASCO 500.0 MILILITROS	FRASCO 500.0 MILILITROS	3	R\$ 55,7500	R\$ 167,25
134	994662	REAGENTE, ACIDO TRICLOROACÉTICO, FRASCO 250.0 GRAMAS	FRASCO 250.0 GRAMAS	3	R\$ 165,0000	R\$ 495,00
135	400840	REAGENTE, MUREXIDA PA, FRASCO 25.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 25.0 gramas.	GRAMA	500	R\$ 3,9067	R\$ 1.953,35
136	2035737	REAGENTE, NITROPRUSSATO DE SÓDIO 2H2O, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMAS	1500	R\$ 1,6400	R\$ 2.460,00
137	724784	PRODUTO QUÍMICO, SULFANILAMIDA - PA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Informações complementares: Será fornecido em embalagem 100 gramas.	GRAMA	600	R\$ 0,5900	R\$ 354,00
138	2055273	REAGENTE, L-LISINA, FRASCO 25.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 25.0 gramas.	GRAMA	625	R\$ 1,8667	R\$ 1.166,69
139	2036780	PRODUTO QUÍMICO, VERDE DE BROMO CRESOL, FRASCO 500.0 MILILITROS	FRASCO 500.0 MILILITROS	5	R\$ 75,2067	R\$ 376,03
140	2055283	REAGENTE, N 1-NAFTIL ETILENODIAMINA DICLORIDRATO, FRASCO 5.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 5.0 gramas.	GRAMA	500	R\$ 13,6733	R\$ 6.836,65
141	2035757	REAGENTE, RESORCINOL, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,5067	R\$ 1.266,75
142	2055293	REAGENTE, DIFENIL CARBAZIDA, FRASCO 25.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 25.0 gramas.	GRAMA	1250	R\$ 10,0000	R\$ 12.500,00
143	2036228	REAGENTE, NAFTOL-1 (ALFA) P.A, FRASCO 100.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 100 gramas.	GRAMA	1000	R\$ 1,6433	R\$ 1.643,30
144	2036113	REAGENTE, ACIDO L + ASCÓRBICO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,1833	R\$ 458,25
145	1465149	REAGENTE, IODO METÁLICO P A, PO, CONCENTRAÇÃO 99,8%, FRASCO 100.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 100 gramas.	GRAMA	600	R\$ 2,4100	R\$ 1.446,00
146	1008663	REAGENTE, IODO PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 1,7400	R\$ 4.350,00
147	2055338	REAGENTE, PRETO DE ERIOCROMO T, FRASCO 500.0 GRAMAS	FRASCO 500.0 GRAMAS	5	R\$ 545,0200	R\$ 2.725,10
148	2055308	REAGENTE, FUCSINA ACIDA, FRASCO 25.0 GRAMAS	FRASCO 25.0 GRAMAS	20	R\$ 162,8600	R\$ 3.257,20
149	388077	REAGENTE, AZUL DE BROMOFENOL P.A, FRASCO 25 G, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	20	R\$ 40,2500	R\$ 805,00
150	723312	REAGENTE, ÁLCOOL METÍLICO PA, FRASCO 1000.0 MILILITROS	FRASCO 1000.0 MILILITROS	7	R\$ 25,0800	R\$ 175,56

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370- Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

151	2035800	REAGENTE, CLORETO DE ZINCO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1900	R\$ 380,00
152	2036123	REAGENTE, HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1367	R\$ 273,40
153	667862	ETER, ETÍLICO, FRASCO 1.0 LITRO Informações complementares: Éter dietílico, pureza mínima de 99%.	FRASCO 1.0 LITRO	4	R\$ 102,0600	R\$ 408,24
154	2035820	REAGENTE, PERSULFATO DE AMÔNIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,1167	R\$ 233,40
155	1485516	REAGENTE, SULFATO DE ZINCO 7H ₂ O, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,0700	R\$ 140,00
156	1043653	REAGENTE, SULFATO DE COBRE II 5H ₂ O PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,0767	R\$ 153,40
157	766570	REAGENTE, CLORETO DE SÓDIO, 500G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,1133	R\$ 283,25
158	2036467	PRODUTO QUÍMICO, ENXOFRE, PURO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,1700	R\$ 425,00
159	2035830	REAGENTE, ZINCO METÁLICO EM PO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,2867	R\$ 716,75
160	383063	REAGENTE, PEROXIDO DE HIDROGÊNIO PA, EMBALAGEM 1000 ML, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	5	R\$ 30,5000	R\$ 152,50
161	2035936	MEIO DE CULTURA, AGAR BATATA DEXTROSADO, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	5	R\$ 277,0000	R\$ 1.385,00
162	2036258	OXIDO DE MANGANES, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,3167	R\$ 791,67
163	937477	REAGENTE, VERMELHO DE METILA P.A, FRASCO 100.0 GRAMA	FRASCO 100.0 GRAMA	5	R\$ 171,4600	R\$ 857,30
164	884204	REAGENTE, ALARANJADO DE METILA P.A, FRASCO 100.0 GRAMAS	FRASCO 100.0 GRAMA	5	R\$ 64,6833	R\$ 323,42
165	2055318	REAGENTE, VERMELHO DE FENOL, FRASCO 25.0 GRAMAS	FRASCO 25.0 GRAMAS	20	R\$ 85,7667	R\$ 1.715,33
166	388736	REAGENTE, AMIDO SOLÚVEL PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2000	R\$ 0,2533	R\$ 506,60
167	2055328	REAGENTE, AMIDA-60, FRASCO 500.0 MILILITROS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 mililitros.	MILILITRO	2000	R\$ 0,1500	R\$ 300,00
168	2036298	REAGENTE, MOLIBDATO DE AMÔNIO 4H ₂ O, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 1,3767	R\$ 3.441,75

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

169	385950	REAGENTE, TETRABORATO DE SÓDIO 10H ₂ O PA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,0500	R\$ 125,00
170	2036133	REAGENTE, CARBONATO DE AMÔNIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,2300	R\$ 575,00
171	432890	REAGENTE, CLORETO DE FERRO III (ICO) 6H ₂ O PA, 500 G, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,1600	R\$ 400,00
172	2036143	REAGENTE, NITRATO FÉRRICO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Nitrato De Ferro III Ico 9H ₂ O PA. Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,4867	R\$ 1.216,75
173	2036302	REAGENTE, NITRATO DE COBRE II 3 H ₂ O, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,2467	R\$ 616,75
174	1008633	REAGENTE, NITRATO DE PRATA, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 14,6500	R\$ 36.625,00
175	2035946	AZUL DE METILENO, SOLUÇÃO 0,1%, FRASCO 500.0 MILILITROS	FRASCO 500.0 MILILITROS	5	R\$ 98,2200	R\$ 491,10
176	767828	REAGENTE, TOLUENO TOLUOL P.A, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	5	R\$ 43,0000	R\$ 215,00
177	392206	REAGENTE, ACETONA P.A., EMBALAGEM 1000 ML, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	5	R\$ 30,0000	R\$ 150,00
178	2036208	REAGENTE, SULFATO FERROSO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Sulfato De Ferro II (Oso) (7 H ₂ O). Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,1467	R\$ 366,75
179	425218	REAGENTE, TIOSSULFATO DE SÓDIO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,0467	R\$ 116,75
180	9881810	REAGENTE, FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO PURO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,0700	R\$ 175,00
181	6443510	REAGENTE, FOSFATO DE POTÁSSIO MONOBÁSICO ANIDRO, FRASCO 500.0 GRAMAS Informações complementares: Será fornecido em frasco de 500 gramas.	GRAMA	2500	R\$ 0,1800	R\$ 450,00
182	766540	REAGENTE, ACIDO SULFÚRICO PA ACS, 1000 ML, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	12	R\$ 53,9300	R\$ 647,16
183	392301	REAGENTE, ACIDO NÍTRICO P.A, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	10	R\$ 60,0000	R\$ 600,00
184	2036163	REAGENTE, ACIDO FOSFÓRICO PA, FRASCO 500.0 MILILITROS Informações complementares: 85%. Será fornecido em frasco de 500 mililitros.	MILILITRO	5000	R\$ 0,0900	R\$ 450,00
185	943019	HIPOCLORITO DE SÓDIO 4 - 6%, FRASCO 1.0 LITRO, UNIDADE 1.0 FRASCO	UNIDADE 1.0 FRASCO	6	R\$ 21,6300	R\$ 129,78
186	748832	SOLUÇÃO, FORMALDEÍDO, 37%, FORMULA HCHO, PM 30,03, UNIDADE 1.0 FRASCO Informações complementares: Frasco 1 litro.	UNIDADE 1.0 FRASCO	5	R\$ 24,0000	R\$ 120,00

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370- Sobral - Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

187	826234	REAGENTE, CLOROFÓRMIO PA, FRASCO 1000.0 ML.	FRASCO 1000.0 ML.	5	R\$ 58,9467	R\$ 294,73
188	7674410	REAGENTE, DICLOROMETANO P.A, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	3	R\$ 48,0133	R\$ 144,04
189	766615	REAGENTE, ACETATO DE ETILA P.A, FRASCO 1.0 LITRO	FRASCO 1.0 LITRO	5	R\$ 36,7133	R\$ 183,57
VALOR TOTAL DO GRUPO 06						R\$ 138.141,56

2.1. Havendo divergências entre as especificações do Edital e seus anexos e as do sistema, prevalecerão as do edital em todas as suas cláusulas.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Da Matriz de Risco

2.4.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.4.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- I. Atrasos na emissão de empenho, autorização de fornecimento ou liberação de recursos financeiros;
- II. Definição inadequada ou incompleta das especificações técnicas na fase de planejamento, que possam resultar em dificuldades de fornecimento;
- III. Mudanças de prioridades institucionais que impactem no cronograma de entregas;
- IV. Dificuldades de armazenamento por falta de espaço ou infraestrutura adequada em laboratórios da Administração;

2.4.3. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- I. Entrega de produtos em desconformidade com as especificações técnicas ou fora do prazo de validade;
- II. Atrasos no fornecimento decorrentes de falhas logísticas, transporte inadequado ou problemas de estoque;
- III. Perdas, danos ou extravios durante o transporte, carga e descarga dos materiais.
- IV. Fornecimento de quantidades inferiores às contratadas ou entregas parciais sem justificativa prévia;
- V. Descontinuidade no fornecimento em razão de má gestão de estoque pelo fornecedor;
- VI. Falta de assistência técnica ou de substituição imediata em caso de produtos avariados ou impróprios para uso;

2.4.4. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) para o contratante e 50 % (cinquenta por cento) para o contratado:

- I. Interrupções na cadeia de suprimentos nacionais ou internacionais que impactem a disponibilidade de reagentes e insumos laboratoriais;
- II. Oscilações cambiais que afetem diretamente o preço dos insumos importados, refletindo nos custos de aquisição;

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370 – Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

- III. Ocorrência de eventos de força maior (greves, crises logísticas, desastres naturais, pandemias) que afetem produção, transporte ou recebimento;
- IV. Alterações normativas ou regulatórias que modifiquem exigências sanitárias, ambientais ou de importação, impactando as condições do contrato.

3. DA DURAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A duração da contratação é de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, na forma do inciso X do art. 6º c/c inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), comprometida com a interiorização do ensino superior e com a oferta de formação técnica e científica de qualidade à população cearense, encontra-se em processo de implantação de dois novos campi nos municípios de Camocim e Acaraú, além de manter o campus da região da Ibiapaba. Esses polos acadêmicos incluem, entre outros, os cursos de Engenharia de Pesca e Agronomia, os quais demandam infraestrutura adequada para a realização de aulas práticas, estudos experimentais e atividades de laboratório, etapas fundamentais para a formação dos estudantes e para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Atualmente, os campi de Camocim e Acaraú ainda não dispõem dos insumos laboratoriais, reagentes químicos, vidrarias e materiais agrícolas necessários ao início pleno das atividades acadêmicas práticas, enquanto o campus da Ibiapaba carece de reforço e atualização de parte de seus materiais técnicos. Diante disso, torna-se essencial a aquisição de reagentes químicos, insumos agrícolas e materiais de laboratório para atender às demandas dos cursos de Agronomia e Engenharia de Pesca, garantindo a continuidade e a regularidade das práticas curriculares previstas nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Além do uso didático, os insumos solicitados são indispensáveis ao desenvolvimento de projetos de iniciação científica, extensão universitária e atividades complementares conduzidas por docentes e estudantes, especialmente em pesquisas aplicadas, análises laboratoriais, controle de qualidade e experimentos voltados ao setor agrícola e pesqueiro da região. A aquisição também apoia iniciativas institucionais que fortalecem o vínculo entre a universidade e a comunidade, promovendo benefícios sociais, científicos e econômicos.

Nesse contexto, a ausência desses materiais compromete diretamente a execução das atividades acadêmicas obrigatórias, prejudica a formação técnica dos alunos e impede o adequado cumprimento da carga horária destinada às práticas profissionais. Assim, a contratação mostra-se indispensável para suprir a carência atual de insumos, garantir a qualidade do ensino ofertado e assegurar o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A medida atende explicitamente ao interesse público, pois viabiliza o regular funcionamento dos novos campi, contribui para a formação de profissionais qualificados para atender às demandas regionais e impulsiona a geração de conhecimento científico aplicado, com impacto positivo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades de Camocim, Acaraú, Ibiapaba e entorno.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na aquisição de reagentes químicos, insumos agrícolas e materiais de laboratório destinados aos cursos de Agronomia e Engenharia de Pesca da Universidade

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370 – Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



Estadual Vale do Acaraú (UVA), para utilização nos campi de Camocim, Acaraú e Ibiapaba.

A contratação tem por objetivo assegurar a disponibilidade de insumos indispensáveis à realização de aulas práticas obrigatórias, previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e necessárias ao cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais. Os materiais também serão empregados em projetos de iniciação científica, extensão universitária e pesquisas aplicadas, ampliando o impacto acadêmico, social e tecnológico da instituição.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução contempla:

- **Armazenamento** em condições adequadas, de acordo com as recomendações das Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), garantindo estabilidade, integridade e segurança;
- **Validade**, sendo exigido que os produtos possuam prazo compatível com, no mínimo, um semestre letivo, a fim de evitar perdas e assegurar a plena utilização durante o período acadêmico;
- **Utilização** em aulas práticas, pesquisas e atividades de extensão, garantindo o aproveitamento integral dos insumos adquiridos;
- **Descarte** ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação vigente, observando planos de logística reversa para embalagens e resíduos químicos, bem como demais normas de segurança aplicáveis.

Dessa forma, a solução proposta não se restringe à simples aquisição dos itens, mas garante também sua adequada gestão ao longo de todo o ciclo de vida, atendendo aos princípios de eficiência, segurança, sustentabilidade e interesse público.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. O rótulo dos produtos químicos deve conter identificação clara do produto, informações de segurança com pictogramas (símbolos), palavras de advertência e frases de perigo e precaução e informações de manuseio, armazenamento e descarte.
- II. Armazenar e manusear corantes e reagentes químicos de maneira segura para evitar vazamentos e contaminações.
- III. Utilizar técnicas de tratamento e reciclagem que reduzam a quantidade de resíduos gerados.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue na Direção do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas no endereço: Avenida Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 – Alto da Brasília – CEP: 62.040-370, Sobral-CE, sob a responsabilidade da Sra. Marlene Feliciano Figueiredo, Diretora do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas, nos horários e dias da semana de 08:00 às 12:00 e de

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br



14:00 às 18:00, de segunda a sexta, devendo a contratada entrar em contato para avisar com antecedência o dia e horário da entrega, através do e-mail: ccab@uvanet.br em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, no horário e dia estabelecido no respectivo documento.

7.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.2.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.3. Da Garantia do objeto

7.3.1. O prazo de garantia do bem objeto da contratação é aquele estabelecido pelo fabricante que se iniciará após a garantia legal, conforme disposto no art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.3.2. Os bens que apresentarem vício ou defeito deverão ser substituídos pelo contratado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da notificação do contratante, sem custos para o contratante.

7.3.2.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

7.3.2.2. Na impossibilidade da substituição, o contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante o período da substituição.

8. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O instrumento equivalente de contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com o edital e seus anexos e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. A execução da contratação será acompanhada pela Gestora Marlene Feliciano Figueiredo, Diretora do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas, CPF 213.271 603-63, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

8.5. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.5.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

8.5.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual na data aprazada, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

8.5.3. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do instrumento equivalente de contrato sob sua responsabilidade.



8.6. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7. O gestor acompanhará o registro realizado pelo fiscal, de ocorrências relacionadas à contratação e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do objeto

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento equivalente de contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, “a” da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.



9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.3 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento equivalente de contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo do pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de Pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem contratado e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a entrega do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do instrumento equivalente de contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento equivalente de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e deste anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;



11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.10. Atender aos critérios de sustentabilidade previstos no item 6.3.1 deste termo.

11.11. Comunicar ao fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Manter durante a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento contratual.

11.15. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.15.1. Comprovar, na forma do subitem 12.6.4.1. do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto em lei, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.



11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.18. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto.

11.19. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.20. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;

12.1.9. Para os **Grupos 1, 4 e 6** serão exigidos as seguintes certificações/ autorizações:

12.1.9.1. Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho Regional de Química – CRQ, quando a atividade exigir responsável técnico químico, conforme Lei nº 2.800/1956.

12.1.9.2. Autorização de Funcionamento ou Licença Sanitária, quando o produto comercializado esteja sujeito à vigilância sanitária (ANVISA).

12.1.9.3. Certificado de Registro de Empresa na Polícia Federal (CR-PF), nos casos de reagentes classificados como produtos químicos controlados pela Portaria MJSP nº 240/2019.

12.1.10. Para o **Grupo 2** serão exigidos as seguintes certificações/ autorizações:



12.1.10.1. Registro do produto no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, conforme Lei nº 6.894/1980;

12.1.10.2. Comprovação de regularidade da empresa no MAPA para fabricação ou comércio de fertilizantes;

12.1.10.3. Para os itens 13 e 14 do Grupo 2, apresentar registro do produto na ANVISA (avaliação toxicológica);

12.2. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá em:

12.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, em características e quantidade com o objeto da licitação por meio da apresentação de certidão(os) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.3. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.3.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.3.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.3.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.3.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.3.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.4. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.6. Os documentos enumerados no subitem 12.3, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.7. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.9. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº



11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.10. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

13. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

13.1. O contratado declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o contratante em situação de violação de tais regras.

13.1.1. O contratado somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente instrumento e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento dos bens ou execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo ou instrumento equivalente.

13.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos artigos 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

13.3. O contratado deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o contratante informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

13.4. O contratado deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

13.5. O contratado não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo contratado a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

13.5.2. As partes se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

13.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em



que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6.1. O contratado não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.6.2. O contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

13.6.3. O contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato ou instrumento equivalente, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.7. As partes devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

13.7.1. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste subitem.

13.7.2. O contratado se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou fornecedores que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente instrumento, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do contratante, mediante solicitação.

13.7.3. O contratado deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do contratante, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução contratual.

13.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste instrumento, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a parte que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela parte responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;



13.8.1. Na hipótese descrita acima, as partes atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

13.9. Os dados obtidos em razão deste instrumento serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

13.10. A critério do contratante, o contratado poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste instrumento, no tocante a dados pessoais.

13.11. O contratado indenizará o contratante, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente instrumento, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do contratante a esse título.

13.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto da contratação, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

13.12.1. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.13. Os contratos, convênios ou instrumento equivalente de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

13.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

14.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução da contratação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.



14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos alíneas 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 do subitem acima deste instrumento, bem como nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa:

14.2.4.1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

14.2.4.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.4.3. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante.

14.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.9. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.11. Os débitos do contratado para com o contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo instrumento ou de outros contratos administrativos ou instrumento equivalente que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes o contratado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.2.1. Gestão/Unidade: (31200002) Universidade Estadual Vale do Acaraú;

15.2.2. Fonte de Recursos: (500) - (501) Tesouro Estadual;

15.2.3. Programa de Trabalho: (241) Desenvolvimento Integral da Educação Superior;

15.2.4. Elemento de Despesa: (339030) Material de consumo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitoria



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260007-UVA/CCAB

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$						
Valor por extenso (_____)						

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

Reconhecida pela Portaria Nº 821/ MEC D.O.U. de 01/06/1994

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 - Campus Betânia

CEP: 62.040-370– Sobral – Ceará - www.uva.ce.gov.br